

## A SOCIOLOGIA E A POLÍTICA EM GUERREIRO RAMOS

João Carlos Nogueira  
*Sociólogo – SEPPPIR*

**Resumo**

Este pequeno texto pretende dialogar com um dos fundadores da sociologia política no Brasil, Alberto Guerreiro Ramos. Este cientista social desenvolveu uma interpretação singular da sociedade brasileira, aguçada e destemida, num tempo onde o sopro forte do positivismo comteniano e do funcionalismo durkheiminiano dominavam corações e mentes nas ciências naturais e humanas. Entretanto, Guerreiro Ramos mostrara-se sempre muito crítico às leituras marxistas também, feitas particularmente pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) sobre a realidade brasileira e seu processo revolucionário.

**Palavras-chave:** Teoria Social, Brasil, século XX

**Abstract\***

This small text intends to dialog with one of the creators of the political sociology in Brazil, Alberto Guerreiro Ramos. This social scientist developed a single interpretation of brazilian society, acute and fearless, in a time that the strong blow of the comtenian positivism and the durkheimnian functionalism dominated hearts and minds in the human and nature sciences. However, Guerreiro Ramos always seemed very critical to marxist readings too, made particularly by the Brazilian Communist Party (PCB) about brazilian reality and its revolutionary process.

**Key-words:** Social Theory, Brazil, 20<sup>th</sup> Century

Este artigo integra uma pesquisa que iniciei em 2002, com o objetivo de desenvolver um ensaio sobre a Revolução Brasileira na perspectiva de três autores: Caio Prado Júnior em *A Revolução Brasileira*, Florestan Fernandes em *A Revolução Burguesa no Brasil* e Guerreiro Ramos, com o *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. O texto não foi concluído, mas foi possível organizar o material de pesquisa, sistematizar as leituras críticas e desenvolver um roteiro acerca da visão de cada um dos autores sobre o tema.

---

\* Tradução de Maty Lice Brancher Gueye

Podemos focalizar dois aspectos da obra do sociólogo Guerreiro Ramos, um dos grandes intérpretes das realidades do Brasil: “O problema do negro na sociologia brasileira”<sup>1</sup>, como ele assim denominou, e a revolução brasileira, tema que o autor tratou de forma contundente numa importante obra de 1963, *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*<sup>2</sup>, este último, para o sociólogo Clóvis Brígido, “o mais fascinante livro de Guerreiro Ramos, polêmico, visionário, escrito também no contexto do pré-Golpe militar de 64 e uma contundente e arrasadora crítica teórica e política sobre as forças e grupos intelectuais e de políticos da esquerda brasileira”.<sup>3</sup>

### QUEM FOI ALBERTO GUERREIRO RAMOS

Sua notoriedade pública e reconhecimento acadêmico nas ciências sociais no Brasil são expressos nos depoimentos de cientistas sociais, escritores e intelectuais com reconhecida trajetória na academia. Para o sociólogo Wanderley Guilherme dos Santos, Alberto Guerreiro Ramos pertence a um grupo sociológico especial – o daqueles intelectuais destinados ao martírio. Intelectuais que se distribuem pela literatura, música, artes plásticas, ciências sociais e têm, em comum, a total, completa e absoluta falta de respeito pelas convenções que asseguram glória, fama e tédio. São, por isso, condenados ao ostracismo, à quarentena tácita e, às vezes, no limite, a tormentos pessoais. Ainda assim, fossem de fato rufiões das letras, charlatões dos palcos, exibicionistas das esculturas, tintas e cores, bufos da reflexão social, ainda assim, e o amanhã, depois deles, transforma-se em perene invenção. Fim da rotina. Guerreiro Ramos, recado aos distraídos, destroçou a ‘sociologia sorriso da sociedade’, desmoralizou a sua linguagem, exumou sua natureza gélida e, feito maior, revelou que a sociologia oficial era menos um retrato ou reflexão sobre a sociedade do que ingrediente teorizante indispensável para que a sociedade continuasse a mesma. Por exemplo, uma sociedade constituída majoritariamente por negros, discriminados e oprimidos, necessitava, para permanecer idêntica a si própria, de um credo científico que afirmasse justamente o oposto. Essa é a “Sociologia sorriso da sociedade”.<sup>4</sup>

Abdias do Nascimento, amigo e companheiro de Guerreiro Ramos (militaram juntos no Teatro Experimental do Negro, na década de 1940), seguramente personagem e militante das mais importantes do movimento negro contemporâneo, ao comentar uma de suas obras afirmou que “a redução sociológica é referência básica para todos os que pensam com autonomia a fundação de uma sociologia brasileira com identidade própria. Esse é o caminho da nossa cultura, descolonizada, capaz de se afirmar e se diferenciar no nível da universalidade”.<sup>5</sup>

Para o economista Celso Furtado, a mesma obra, *A Redução Sociológi-*

ca, “sobressai como uma das mais inovadoras das ciências sociais brasileiras, marcadas então por contribuições repetitivas e de escassa originalidade, o que faz ainda mais singular, abrindo horizontes sobre os nossos problemas sociais”.<sup>6</sup>

Clóvis Brigagão, cientista político e escritor, aluno do professor Guerreiro Ramos na Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV) quando tornaram-se amigos, profundo conhecedor da obra de Guerreiro, escreveu no prefácio à terceira edição da *A Redução Sociológica*, em 1996: “Passadas quase quatro décadas desde que Guerreiro Ramos publicou, em 1958, a primeira edição da *Redução Sociológica*, sua veemência se faz ouvir. Ali, o mestre Guerreiro sustentava teses com alta dose de coragem intelectual, inspiradas no método crítico sobre hábitos, racionalizações e usurpações teóricas que habitavam (e ainda habitam) o pensar e o fazer sobre os destinos de nossa sociedade. É marca inconfundível desse clássico da sociologia o rasgar das ilusões que embotavam os fatos sociais, suas considerações e pressupostos teóricos sobre o desenvolvimento brasileiro”. Em *A Redução Sociológica*, Guerreiro tratava, com sucesso, de dois embates: a liquidação da mentalidade colonial bem como suas decorrências no plano das idéias e da política e a exposição, com toda a sua inequívoca radicalidade e clarividência, das razões sobre a nova consciência crítica da realidade, através do exame metódico e filosófico que ele esgrimava sem parcimônias e gratuidades. Brigagão, neste mesmo prefácio, faz a pergunta acerca da atualidade do pensamento e da obra de Guerreiro Ramos: “Seria a *Redução* ainda atual, atuante e explicativa sobre o desenvolvimento brasileiro?”, e afirma, “continua sendo instrumental válido e insuperável da postura crítica e criativa das mais originais já produzidas em nosso país”.<sup>7</sup>

Eduardo Portela e Darcy Ribeiro, também comentaram a obra de Guerreiro Ramos. Para Eduardo Portela, Guerreiro Ramos era um cientista social que pensava. Pensava para além dos limites de sua possível especialização. Era igualmente o escritor que se distinguiu pelo modo singular de levar adiante a trama da linguagem. Daí a elegância, a transparência, a vida que conseguiu infundir a seus textos. Guerreiro Ramos tinha como horizonte o saber universal, e como solo, como preocupação de todos os minutos, a cena histórica de sua gente – vezes esparsa, vezes constantes. *A Redução Sociológica* vem a ser isto: o nosso diálogo áspero e criativo entre conhecimento e interesse. Foi seu autor o ator instigante, o protagonista inconfundível da nossa contemporaneidade intelectual.

Para Darcy Ribeiro, antropólogo e escritor que registrou o seu depoimento no livro *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, Guerreiro foi um dos melhores nas ciências sociais: “Fui amigo e até compadre de Guerreiro Ramos. Depois brigamos. Ele queria liberar todo pesquisador social de países atrasados como o nosso das prescrições metodológicas formais. Nós todos reagimos num

Congresso de 52, no Rio, a que ele respondeu com a sua excelente Cartilha. Eu era, então, um etnólogo bizonho, metido com os índios, querendo estudá-los como fósseis vivos. Florestan queria ser Merton. Guerreiro tinha toda a razão de propor uma ciência social nossa, eficaz e socialmente responsável. Exacerbou, e claro, como todo pioneiro. Mas era, sem dúvida, o melhor de nós.”<sup>8</sup>

Os depoimentos acima registrados elucidam a importância de Guerreiro Ramos nas ciências sociais e nas humanidades, sua contribuição inegável para a construção de um projeto de nação tão sonhado e almejado nos anos 1930 até o início da década de 1960 para o Brasil e os brasileiros.

Guerreiro Ramos pensava o projeto de desenvolvimento instrumento de inclusão social, onde negros e todos os excluídos não fossem objeto de uso nos estudos e pesquisas nas ciências sociais, ou mão-de-obra barata nos processos de produção, mas sim sujeitos de direitos no desenvolvimento das políticas públicas. Infelizmente, esta perspectiva não foi a predominante. O Brasil tornou-se uma das nações com a maior concentração de renda do mundo, e como consequência, carregamos os indicadores mais brutais de desigualdades sociais, com a predominância desse estado de injustiça na população negra e nas mulheres de modo geral, uma combinação de exclusão e dominação focados no gênero e nas relações raciais.

Alberto Guerreiro Ramos nasceu na cidade de Santo Amaro da Purificação, na Bahia, em 1915, e morreu em Los Angeles, na Califórnia (Estados Unidos), em 1982, aos 67 anos. As informações sobre a sua chegada à capital baiana ainda são uma lacuna na biografia do sociólogo. Sua participação no meio acadêmico e intelectual, no entanto, ganhou destaque quando Guerreiro Ramos ainda era muito jovem. Aos 18 anos, nomeado assistente na Secretaria da Educação da Bahia, já escrevia freqüentemente artigos e críticas literárias para publicações de Salvador, como *O Imparcial*, jornal bastante influenciado pelas idéias européias, especialmente as veiculadas pelas revistas francesas *L'Esprit* e *L'Ordre Nouveau*.

Foi nesta época também que Guerreiro Ramos escreveu o livro de poemas *O drama de ser dois* (1937). Dedicada ao teólogo russo Nicolau Berdiaff, a obra é, para Guerreiro, essencial para encontrar um sentido para a sua existência: “ Nesse poema eu me descrevia como uma espécie de pessoa entre dois mundos que eu não sabia definir. E ainda hoje acho que esse é um traço fundamental do meu perfil: eu não pertencço a nada. Não pertencço a instituições, não tenho fidelidade a coisas sociais; tudo o que é social, para mim, é instrumento. Eu não sou de nada, estou sempre à procura de alguma coisa que não é materializada em instituição, em linha de conduta”, disse, em entrevista concedida a Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira, nove meses antes de morrer.<sup>9</sup>

Por sua capacidade, Guerreiro Ramos foi escolhido para integrar o grupo de fundadores da Faculdade de Filosofia da Bahia. Também militou sob inspiração da linha católica de Jacques Maritain, fundou o Centro de Cultura Católica e publicou o livro de ensaios *Introdução à Cultura* (1939), pela Cruzada da Boa Imprensa.

Ao lado de Afrânio Coutinho, com quem mantinha amizade, publicou a revista *Norte*. Mas a fama que ele alcançou na capital baiana foi apenas um incentivo para buscar novos horizontes de amadurecimento intelectual. Aos 24 anos, foi agraciado com uma bolsa de estudos do governo do Estado da Bahia para estudar ciências sociais na Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro, então Universidade do Brasil. Ele terminou o curso em 1942 e, um ano depois, obteve o diploma em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro.

O efervescente clima político e intelectual na então capital federal influenciou, em muito, a produção de Guerreiro Ramos. Colaborou com a revista *Cultura Política* com seus artigos de análise literária; traduziu os poemas do alemão Rainer Maria Rilke; influenciado por Murilo Mendes, contribuiu com a revista cultural *Tentativa*, de Minas Gerais; leu Tasso da Silveira, Adalgisa Nery, Platão, Hölderlin, Novallis, Gerard de Nerval, Émile Durkheim, Karl Mannheim, Karl Marx e Max Weber, este último, segundo Guerreiro Ramos, “a influência mais poderosa desde os anos 40 até hoje (década de 80), em termos da minha profissão de homem de ciência social”, conforme Alzira Alves de Abreu e Lúcia Lippi Oliveira registraram.<sup>10</sup>

Apesar da formação, Guerreiro Ramos passou um ano desempregado após finalizar os cursos universitários. Depois deste período de crise, considerado importante pela dedicação e bondade dos amigos que os amigos dispensaram, ele foi convidado a ingressar no serviço público. Um serviço burocrático para um intelectual de seu nível, mas uma chance também para continuar produzindo, fazer circular suas idéias e entender a realidade política do Brasil. Neste período, colabora para a *Revista do Serviço Público*, escrevendo artigos sobre Max Weber.

Em 1952, ministrou a primeira aula na Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) e, mais tarde, tornou-se professor de sociologia da Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Guerreiro Ramos trabalhou diretamente no governo Vargas, especialmente na assessoria econômica, fazendo a elaboração de projetos. Neste período, ele fundou, ao lado de outros intelectuais, o Grupo de Itatiaia, com o objetivo de compreender os problemas brasileiros e elaborar relatórios sobre economia e política do país.

De sua autoria, *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, lançado em 1957, é, para Guerreiro Ramos, o primeiro trabalho – e o mais lúcido

– a abordar o negro no país. “Até então, a sociologia do negro no Brasil eram uns sujeitos (Artur Ramos, Luís Costa Pinto, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni) que falavam no negro no Brasil”, disse a Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira.<sup>11</sup> Também foi no Rio de Janeiro que Guerreiro Ramos conheceu Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro.

A vivência como intelectual rendeu-lhe a seguinte inscrição no Conselho de Segurança Nacional: “Alberto Guerreiro Ramos, mulato, metido a sociólogo”. Na entrevista a Alzira Alves de Abreu e Lucia Lippi Oliveira, Guerreiro Ramos disse que nunca viveu racismo maior do que no Brasil, nem mesmo nos Estados Unidos, onde estava radicado à época.

Em 1961 foi convidado pelo Partido Comunista Brasileiro e pela Academia de Ciências de Moscou a conhecer a então União Soviética. No retorno ao Brasil, teceu longas críticas aos comunistas pela visão estreita que eles tinham das questões sociais e da política internacional.

Para ele, a vida fora do país aguçou a sua percepção para entender o Brasil. “A história do Brasil é muito mal-contada, é preciso reescrevê-la. (...) A base da narração da história brasileira está na capitulação de quem a escreve, que é o não-reconhecimento de que a existência do Brasil transcorreu até agora dentro do ciclo da decadência”, comentou o sociólogo, que também registrou passagem pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal).

Guerreiro Ramos escreveu dezenas de livros e artigos. Entre eles, *O processo da sociologia no Brasil - Esquema de uma história das idéias* (1953), *A redução sociológica* (1958) e *O problema nacional do Brasil* (1960). Em *A crise do poder no Brasil* (1961), o autor mostra como o processo de industrialização tirou do mapa algumas das principais oligarquias brasileiras. Também publicou *A Sociologia da Mortalidade Infantil* (1955), publicado em espanhol no México. Na época de sua morte, lecionava na Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia.

## A SOCIOLOGIA E A POLÍTICA EM GUERREIRO RAMOS:

Estas duas áreas do conhecimento orientam a vasta obra do cientista social Alberto Guerreiro Ramos, sua sociologia crítica, marcada desde a primeira edição da *Cartilha Brasileira de Aprendiz de sociólogo* (1ª edição em 1954 e depois reeditada como *Introdução crítica à sociologia brasileira*, em 1957) até a *A Nova ciência das organizações*, sua última obra.

Para Clóvis Brigagão, pela primeira vez a sociologia no Brasil, inaugurada por Guerreiro Ramos, é colocada em seu devido lugar, quer pela sua instrumenta-

lidade teórica, quer pela sua inserção no contexto da sociedade brasileira. Para Brigagão, sua atualidade deve-se ao fato de que os atributos científicos do autor, sobre a sociologia e a sociedade, continuam como arcabouços que influenciam comportamentos, atitudes e hábitos até os nossos dias.<sup>12</sup>

Para a socióloga Lucia Lippi Oliveira, “(...) a maioria dos cientistas sociais do país reconhece a importância do nome de Guerreiro Ramos. Saudado como um dos pais da sociologia brasileira contemporânea (...), abriu as portas para uma ciência social que, apesar de aceitar a objetividade e a universalidade, recusa a neutralidade”. Para Guerreiro Ramos, “A essência de toda a sociologia autêntica é, direta ou indiretamente, um propósito salvador e de reconstrução nacional”. Guerreiro Ramos foi um pensador que encantou e assustou uma academia branca. As ciências sociais viviam um momento de forte processo de institucionalização iniciado nos anos 30, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933, e pela fundação da Universidade de São Paulo (USP). O clima intelectual e político ainda vivia as polêmicas da recém Abolição da Escravatura em 1888 e a Proclamação da República, em 1889 (menos de 50 anos separavam estes acontecimentos). Juntava-se a isso, a longa tradição das Faculdades de Direito e Medicina, como a de Direito inaugurada em Olinda-Pernambuco no ano de 1828, do mesmo modo em Salvador-Bahia, duas Escolas influentes com nomes do porte de Gilberto Freyre, em Pernambuco, e Nina Rodrigues, na Bahia.

Estavam na ordem do dia, no mundo das relações raciais, os debates em torno da teoria do branqueamento e da democracia racial. A primeira preconizava o futuro da sociedade brasileira não como negra, mestiça, fortemente marcada pelas ascendências indígenas e negras, mas sim, predominantemente européia, branca se não na cor, pelo menos na alma - parafraseando Silvio Romero (1888-1949), que afirmava que somos um país mestiço: “Somos mestiços se não no sangue ao menos na alma” dizia o crítico literário e respeitado intelectual, ao comentar a composição étnica da população brasileira.<sup>13</sup>

A perspectiva da tese do branqueamento foi apresentada como “ciência”, no I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres em 1911. Na ocasião, o representante do governo brasileiro, João Batista Lacerda, então diretor do Museu Nacional do Rio de Janeiro, afirmou sem nenhuma dúvida impressionista que “o Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução”.<sup>14</sup>

A segunda, a democracia racial ancorada no binômio Gilberto Freyre e sua principal obra, *Casa Grande e Senzala*, lançada em 1933, tornou-se referência absoluta no pensamento sócio-cultural e político dos anos 30 aos anos 50. *Casa Grande e Senzala* foi aclamado como uma ruptura nos estudos históricos e so-

ciais tanto pelo tema – a formação de uma sociedade agrária, escravocrata e híbrida – quanto pelas idéias, como a valorização do escravo negro e da cultura afro-brasileira, da degeneração étnica decantada por tantos, o Brasil se converteu em paraíso tropical e mestiço, em que se daria a confraternização de raças e culturas oriundas da Europa com os imigrantes, África com os negros e a América. A idéia de uma história em que os conflitos se harmonizam passou a fazer parte do senso comum brasileiro e da cultura política do país, tendo sido veiculada pelos sucessivos governos a partir dos anos 40. O mito da democracia racial, se tornou um obstáculo para o enfrentamento das questões étnico-raciais e sociais, à medida em que negros, povos indígenas e mulheres, sobretudo, ficaram submetidos e restritos ao conceito de classe social.

O Brasil das últimas três décadas do século XIX até os anos 60 do século XX, viveu, sem dúvida, os seus maiores desafios e as suas mais profundas contradições culturais, econômicas, políticas e sociais. As relações fortemente racializadas, as crises econômicas internas (transição da mão-de-obra do trabalho escravo, crise da economia cafeeira, deslocamento do centro dinâmico, processos de urbanização etc.) e externas (impacto dos processos da Primeira Revolução Industrial, as conseqüências da Primeira Guerra Mundial com um novo realinhamento e polarização dos blocos econômicos), forçam os países em desenvolvimento a enormes dificuldades.

É neste ambiente que o Brasil vai sendo construído enquanto Estado-Nação, no final do século XIX e início do século XX, e onde o projeto de desenvolvimento econômico com seus contornos e perspectivas nas áreas da educação, do trabalho, saúde, desenvolvimento industrial e urbanização vai sendo processado, na esteira das concepções nacionalistas, desenvolvimentistas e populistas.

Guerreiro Ramos está no centro deste momento histórico do Brasil, sendo um dos principais intelectuais integrante do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), junto com Nelson Werneck Sodré, Álvaro Vieira Pinto, Hélio Jaguaribe, Ignácio M. Rangel e outros. Suas principais obras datam deste período, ele próprio a definia como construção de uma atitude crítica da ciência e da cultura importadas, como forma de habilitar o sujeito a resistir a massificação de sua conduta e as pressões sociais organizadas.

No livro *Introdução Crítica a Sociologia Brasileira*, de 1957, Guerreiro Ramos constrói a “arvore genealógica” do pensamento mais original da sociologia brasileira, tece o fio condutor das raízes do pensamento sociológico nacional. Alguns textos merecem destaque na *Introdução Crítica: Crítica da Sociologia Brasileira*, Cartilha Brasileira do Aprendiz de Sociólogo e Documento de uma Sociologia Militante, importante neste último texto a construção teó-



rica que faz sobre a “patologia social do branco brasileiro”, debate que reaparece no final do século XX, nas principais Universidades Brasileiras, nas áreas do conhecimento da psicologia social.

Outra importante produção do sociólogo é o livro *Redução Sociológica*, de 1965, possivelmente a principal obra de Guerreiro Ramos, considerada a mais original contribuição do pensador, para a formulação de um desenvolvimento nacional, despertando novas atitudes e métodos políticos e administrativos no panorama brasileiro. A obra tem como um dos propósitos, combater as tentativas de tornar a sociologia uma ciência elitista, apontando para a necessidade de democratizar o saber sociológico, como instrumento substancial para as transformações sociais. Na nota introdutória à segunda edição, o autor afirma que a redução sociológica é um método destinado a habilitar o estudioso a praticar as transposições de conhecimentos e de experiências de uma perspectiva para outra. O que inspira é a consciência sistemática de que existe uma consciência brasileira. Toda cultura nacional é uma particularidade. Eis porque a redução sociológica é, apenas, modalidade restrita de atitude geral que deve ser assumida por qualquer cultura em processo de fundação.<sup>15</sup>

Destaca-se também nesta obra, o que Guerreiro Ramos chamou de “Consciência Crítica da Realidade Nacional”, analisava como um dado objetivo da realidade social brasileira, para ele não tratava-se de anelo de uns poucos, preocupados em modelar um caráter nacional mediante processos, por assim dizer paretianos, ou seja, pela manipulação de resíduos emocionais populares. O fenômeno tem suporte na massa. Um estado de espírito generalizado não surge arbitrariamente. Reflete sempre condições objetivas que variam de coletividade para coletividade.

Outro tema que o sociólogo perseguiu de maneira obstinada com lucidez e precisão, foi o desenvolvimento, que chamou no texto de “Critérios de Avaliação do Desenvolvimento”. A preocupação do sociólogo neste campo de conhecimento em buscar construir instrumental de análise para compreender e impulsionar o projeto de desenvolvimento, a partir da realidade nacional, portanto, combater a mentalidade colonial, os eurocentrismos como fonte única de reflexão e conhecimento, era um dos apetites filosóficos e sociológicos de Guerreiro Ramos. Neste universo de investigação e ação política, teve a oportunidade de em 1961, como delegado representando o Brasil na XVI Assembléia Geral das Nações Unidas, analisar e apresentar o Relatório do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social das Nações Unidas, sobre a Situação Social do Mundo. Fez na ocasião um pronunciamento contundente, principalmente porque o Documento tratava superficialmente “fatores políticos ligados à abolição do regime colonial”, e chamava a atenção do Conselho de Desenvol-

vimento Econômico da ONU, para a necessidade de maior equilíbrio entre os países desenvolvidos e os que estavam em processo de desenvolvimento e descolonização nos continentes Africano, Asiático e América Latina.

### A POLÍTICA, A AÇÃO E A RECUSA

No decorrer dos anos 1960, Guerreiro Ramos produziu três obras importantes no campo da ciência política e da sociologia política, são textos que marcam o debate público sobre os destinos do país, mas também estavam marcados pela conjuntura política dos anos 60 no Brasil. Na primeira obra, o *Problema nacional do Brasil*, de 1960, o autor produziu uma reflexão inovadora sobre vários temas da realidade nacional, abrangendo ideologia e segurança nacional; relações sociais e poder, os grandes temas que estavam diretamente interligados com a vida da população e os destinos do país.

A segunda importante obra, *A crise do poder no Brasil*, de 1961, é considerada um clássico na área de análise da política e dos elementos que formam as contradições, as conjunturas e as lutas do poder social e de Estado. É uma das mais importantes contribuições para compreendermos as determinações da ordem política conservadora e a ordem reformista e popular no Brasil. Neste livro, o sociólogo analisa com precisão o clima político que ia se formando na ante-sala do golpe de 1964.

Guerreiro Ramos, como parlamentar (deputado federal representando o estado do Rio de Janeiro) no período de agosto de 1963 a abril de 1964, fez cerca de 30 pronunciamentos sobre temas políticos nacionais e internacionais, sendo o seu último discurso no dia 16 de Abril, quando perdeu seus direitos políticos e foi cassado pelo Governo Militar. Parece ironia, mas a sua obra mais polêmica no campo da ciência política, *Mito e Verdade sobre a revolução brasileira*, aponta os graves “erros” que estariam sendo cometidos por setores e organizações sociais, sindicais e partidárias que queriam justamente, a garantia da institucionalidade, da legalidade, da democracia e das transformações necessárias para o desenvolvimento do Brasil.

Esta terceira obra, *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, lançada em 1963, é considerada por muitos cientistas sociais, historiadores e intelectuais (Brigagão, Ianni, Cardoso, Ramos, Campos), como a mais inquietante produzida por Guerreiro Ramos. Para Clovis Brigagão, “O mais fascinante livro de Guerreiro Ramos, polêmico, visionário, escrito no contexto do pré-Golpe Militar: e uma contundente e arrasadora crítica teórica e política sobre as forças e grupos intelectuais e de políticos da esquerda brasileira, especialmente sobre o Partido Comunista Brasileiro. Parafraseando a famosa peça teatral de Eugène

Ionesco, *O Rinoceronte*, Guerreiro Ramos passa a limpo (em especial no cap. VII – Revolução Brasileira ou Jornada de Otários), com fina ironia e clareza de análise, as tendências e os sintomas do processo político às portas do golpe militar de 31 de março de 1964”.

Nesta obra, Guerreiro Ramos volta a questões teóricas e de análise, centrais, que se apresentavam na *Redução Sociológica* (1958) e na *Cartilha Brasileira de Aprendiz de Sociólogo* (1954). Como o conceito de “redução sociológica”, compreendido como método de assimilação crítica da produção sociológica estrangeira; como atitude parentética, isto é, transcender no limite do possível, os condicionamentos circunstanciais que conspiram contra a sua expressão livre e autônoma; a sociologia como ciência do fazer.

Ciência e política, a sociologia da ação, militante, foram combinações no campo da teoria e da prática, que fizeram de Guerreiro Ramos um homem público, combatente a favor das grandes causas nacionais, mas sobretudo, um cientista social, que acreditava numa perspectiva de revolução brasileira.

### **REVOLUÇÃO BRASILEIRA: MITOS E VERDADES -REFLEXÕES CRÍTICAS EM TORNO DA CRISE DE 64**

No prefácio do livro *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, em 14 de julho de 1963, Guerreiro Ramos escreveu o que, em grande medida, sintetiza toda a sua reflexão e crítica ao processo em curso, que se teve da perspectiva da “necessária” revolução brasileira, a partir da década de 1960. Debatida e construída por seus protagonistas, a menos de um ano do golpe militar, afirmava ele que “o movimento emancipador do Brasil está ameaçado de grave desnaturação por duas debilidades que o acometem; uma de ordem cultural; outra de natureza organizacional. Vivem largamente os que pretendem liderá-lo de teorias de empréstimo e de ficções literárias e conceptuais, que não traduzem, com o mínimo de exatidão requerida, as tendências concretas do processo brasileiro, em sua presente etapa”.<sup>16</sup>

No capítulo 1, onde escreve o que chamou de *Pequeno Tratado Brasileiro da Revolução*, desenvolve sua compreensão sociológica e política da revolução brasileira: “Revolução é categoria viva da história contemporânea do Brasil. Por isso, encontra-se o sociólogo brasileiro numa situação privilegiada, que não deve malbaratar, mas aproveitar, em sua riqueza conceptual, na promoção do progresso científico. Assim sendo, o estudo do processo revolucionário envolve mais do que um teste de preparo profissional ou de competência acadêmica. Envolve sobretudo, um teste de sensibilidade humanística”.<sup>17</sup>

Para Guerreiro Ramos, era necessário compreender e desenvolver o con-

ceito da revolução em processo no país. Reconhecia em Blanqui, Marx e Lênin, referências importantes para o que chamou de “...enfocamento da tarefa revolucionária”, mas acreditava que era da maior urgência, considerar com profundidade os elementos objetivos e subjetivos das classes ou coalisão de classes nos processos de mudanças e de luta pelo poder. Considerava no conceito de revolução, alguns princípios fundamentais: o da *práxis*, o de limites, o da classe social e o de totalidade.

O princípio da *práxis*, para Guerreiro, é a combinação dos elementos objetivos e subjetivos, que não são questões abstratas no processo revolucionário: “A prática é criação simultânea do homem e de seu mundo exterior. O homem se faz a si mesmo na medida e enquanto participa da elaboração da sua circunstância externa, que, assim, equivale a materialização do seu trabalho”<sup>18</sup>.

O princípio de limites são circunstâncias objetivas que se impõem e que exigem de imediato apurado esforço de análise, e neste momento contraditório, portanto dialético, que a teoria revolucionária e sua compreensão passam a ter validade real. Guerreiro Ramos explica estas variáveis da seguinte forma: Uma posição que, em dado momento da luta de classes, figura-se viável ou oportuna, em outro, pode tornar-se o contrário. Não há regras fixas, receitas uniformes nesse domínio. Em toda situação revolucionária há um número limitado de possibilidades. A revolução é uma transformação consciente da sociedade e, portanto, em certo sentido, uma questão de consciência. Mas de uma consciência portadora de qualificações específicas que a distinguem da consciência ingênua, da consciência vulgar, da falsa consciência – a teoria objetiva da consciência de classe e a teoria de sua possibilidade objetiva – os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, e sim sob aquelas com que defrontam diretamente, ligadas e transmitidas pelo passado.<sup>19</sup> Ramos ancorava a teoria do princípio dos limites em clássicos da literatura revolucionária como Georg Lukacs (*História e Consciência de Classe*), Karl Marx (*O 18 Brumário de Luis Bonaparte*), Lênin (*Estado e Revolução*) principalmente. Mas assentava a sua análise, e concepções, nos fatos históricos institucionais e populares da sociedade brasileira.

Dois exemplos se destacam: a análise que faz do Golpe de 1937 e o Plano Cohen que serviu para criar clima de ameaça comunista com a qual justificou o Golpe de 10 de novembro de 1937; do mesmo modo, a leitura singular que fez a respeito da renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961, seguida da resistência capitaneada pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para garantir a posse do Vice Presidente João Goulart.

O princípio da classe social, conceito carregado de controvérsias, mas é chave e definidor no processo revolucionário. Guerreiro anunciava neste prin-

cípio: Toda revolução tem destinatários - uma verdadeira revolução só se realiza quando o seu destinatário é uma classe ou uma coalizão de classes representativa de avanço no nível das forças produtivas – para o quadro revolucionário estar situado concretamente na luta de classes equivale a contar com uma organização mediante a qual garante permanente contato com as camadas sociais que representa. Sem essa espécie de organização, jamais se consegue promover transformação de envergadura, no domínio econômico, político e social, e a própria estabilidade de poder.<sup>20</sup>

A luta de classes nos anos 60 no Brasil foi acirradíssima, comparada contemporaneamente, com o final dos anos 70 e toda a década de 80. Os conflitos no campo e na cidade, as contradições do nosso processo de desenvolvimento econômico, com forte concentração da renda; a violência social e racial (residem justamente nas relações raciais e de gênero as contradições da luta de classe no Brasil, sendo estes dois componentes “explosivos” do ponto de vista social colocados no ambiente da “negação” política, cuja afirmação central era de que, se isso posto como questão política e organizativa importante, “dividiria” a classe trabalhadora); urbanização acelerada e desigual em uma conjuntura internacional marcada por fortes disputas entre os blocos hegemônicos (polarização entre EUA e União Soviética - guerra fria), nos marcos do capitalismo dependente no Brasil.

O princípio da totalidade, totalidade compreendida aqui como o conjunto de fatores endógenos e exógenos que envolve um processo revolucionário, como conceito auto-abrangente, toma o ser como totalidade concreta e também plenamente intensiva. Para o sociólogo Guerreiro Ramos, “O princípio da totalidade não concerne apenas aos assuntos de tática e estratégia. É princípio metódico, de análise científica da realidade social. A revolução é movimento consciente que visa efetivar uma possibilidade objetiva e esta só pode ser conhecida concreta e objetivamente enquanto situada numa totalidade. Por isso, não há modelos uniformes de revolução”.<sup>21</sup>

É no *Pequeno Tratado Brasileiro da Revolução* e na descrição dos princípios acima referidos, que Guerreiro Ramos desenvolve os aspectos teóricos e críticos dos processos revolucionários, que no Brasil redundariam no golpe militar de 64. Neste texto, não vamos desenvolver cada tema, mas sim, mencioná-los, na medida que cada um nos levaria a uma extensiva análise sobre as “razões de Guerreiro Ramos” e o pré-golpe de 64.

Os grandes temas políticos que desenvolveu no *Tratado* foram: Internacionalismo e a Revolução, Decisão Política e determinismo econômico, o ineditismo da época contemporânea, a atitude revolucionária, a situação revolucionária, modelos da revolução, circulação de elites, a derrocada e a

revolução assumida. Todos os temas giram em torno da realidade brasileira e suas contradições históricas, que emergem na década de 60. Do mesmo modo, com estilo, desenvoltura e clareza, confronta a situação à luz de teóricos e protagonistas dos processos revolucionários externos, como Lênin, Marx, Lukacs, Che Guevara, Trotsky, Mao Tsé Tung, articulando a partir desse personagens, os desafios e limites, principalmente as mais importante revoluções em curso, a Cubana, Chinesa e a Soviética. Constrói aspectos situacionais das elites e o poder, frente aos processos revolucionários; o significado dos modelos de revolução. Faz uma distinção entre “derrocada” e “revolução assumida”: “A derrocada é fruto da extrema rigidez nas relações entre a classe dominante e as outras classes e, por conseqüência, da inviabilidade de acomodação pela circulação de elites, de interesses em luta, seja em virtude do esgotamento das possibilidades reais do sistema”. Segundo Guerreiro Ramos, “revolução assumida é aquela que um círculo dominante realiza atendendo a reivindicações de camadas sociais radicalizadas, mas no interesse do desenvolvimento de possibilidades contidas ainda no vigente sistema econômico-social”.<sup>22</sup>

Guerreiro Ramos, como já mencionamos, publicou o *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*, em 14 de julho de 1963, portanto, a oito meses do golpe militar de 64. O clima social, cultural, econômico e político era nutrido pelo que se dominou um pouco mais tarde de nacionalismo, populismo e desenvolvimentismo. Estes conceitos mal compreendidos, e pouco estudados e pesquisados, seguramente não refletiram a profundidade desse momento histórico vivido no Brasil e seus personagens mais influentes. No Capítulo VII, onde escreveu a “Revolução Brasileira ou Jornada de Otários!”, reconhecido como um de seus texto mais polêmicos, faz fortes críticas à esquerda brasileira daquele período, críticas essas que levaram a reflexões e acalorados debates nos anos 1980 e 1990, principalmente. Criticou as teorias e praticas do marxismo-leninismo seja na versão soviética, chinesa ou cubana. Afirmava que “[...] temos interpretações do problema brasileiro acomodado à visão soviética, a visão chinesa, a visão cubana. A crise brasileira é também crise de cultura política”.<sup>23</sup>

A política externa, do ponto de vista de Guerreiro Ramos, deveria estar diretamente relacionada aos valores da soberania e da realidade nacional. Ao mesmo tempo, deveria estimular novos conhecimentos que pudessem liberar a intelectualidade da servidão conceitual em que o pensamento brasileiro se encontrava. Compreender o Brasil e o mundo contemporâneo, afirmava Guerreiro, na perspectiva própria da história nacional não é imperativo acadêmico, é requisito da existência independente. Guerreiro Ramos tinha profunda convicção do tamanho da tarefa e das exigências que se impunham naquela

conjuntura, “nenhum intelectual isolado será capaz de formular esse diagnóstico requerido pelas circunstâncias. Só poderá resultar do esforço integrado e cooperativo de muitos”.<sup>24</sup>

Ao analisar a crise brasileira naquele período (início da década de 1960), escreveu que “a atual crise brasileira, malgrado os seus efeitos deteriorantes no domínio econômico, financeiro e social, até agora não gerou polarizações agudas que permitam surgir um movimento revolucionário adulto do ponto de vista da organização, da ideologia e da liderança. Até esta data o que caracteriza esse movimento é a imaturidade, que o tem exposto invariavelmente à frustração. A vigente estrutura social tem assimilado as crises nas relações de classe”. Foi enfático ao afirmar que “a revolução brasileira será mistificada, se e enquanto os que pretendem representá-la e servi-la não se desvencilharem de fetiches verbais. A revolução brasileira hoje está diante do dilema: mito ou verdade. Aos otários, – o mito. Façamos a revolução - segundo a verdade da história nacional”.<sup>25</sup>

O golpe militar de 1964 aconteceu no dia 31 de março, quando o presidente João Goulart foi impedido de exercer seu governo constitucional e forçado a deixar o país, quando uma Junta Militar tomou o poder. O pano de fundo que leva a indispensável avaliação da conspiração civil e militar está marcado pelo desenvolvimento dependente e os interesses específicos do capital internacional e nacional. Outra forte “razão” para o golpe foi o aumento significativo das mobilizações de setores anteriormente marginalizados da população, que não participavam do processo ativo da cidadania brasileira. Sindicatos rurais e ligas camponesas formaram-se em regiões agrícolas, trabalhadores urbanos organizaram-se no interior da estrutura sindical oficial ou em movimentos paralelos que estenderam sua coordenação por diferentes categorias; o governo Goulart buscava o apoio dos trabalhadores, permitia o desenvolvimento de formas de organização mais profundas e efetivas; a descentralização do sistema econômico e político deu aos estados real autonomia decisória, o exemplo com Miguel Arraes no estado de Pernambuco e Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, refletem a construção de um possível desenho de pacto federativo.

E nesta “totalidade” dos acontecimentos que institucionalmente vieram sendo marcados desde a Constituição de 1946 de um lado, por ser mais democrática que as anteriores, permite avanços organizativos da sociedade, e por outro, o desenvolvimento das forças produtivas e o acirramento das contradições de um capitalismo dependente, mobiliza diversos setores da burguesia que protagonizam o golpe em 64.

A relevância da obra de Guerreiro Ramos (*Mito e Verdade da Revolução Brasileira*) é que foi produzida com requinte de análise sobre a “ossatu-

ra” do processo revolucionário em curso na década de 60, capaz de provocar polêmicas diante do que parecia ser fato. A partir do seu ponto de vista não conseguia enxergar um caminho vitorioso, tendo a frente às lideranças que conduziam os processo, dado ao “vícios” teóricos e o pouco conhecimento da realidade social brasileira.

### **GUERREIRO RAMOS E AS RELAÇÕES RACIAIS NO BRASIL**

Guerreiro Ramos, já na Califórnia, nos Estados Unidos, em entrevista concedida no ano de 1981, afirmou que “o Brasil é o país mais racista do mundo”.<sup>26</sup> Afirmção bastante corrente a partir dos anos 1980, manifestadas principalmente pelo movimento negro brasileiro e confirmada pelos indicadores sócio-raciais, que passaram a inscrever nas estatísticas e pesquisas, nas mais diversas áreas do conhecimento, como uma das principais causas das desigualdades sociais no Brasil. Portanto, a “cor” e o “sexo” das pessoas, correspondentes a classificação censitária, tem algum valor na atualidade, diante das políticas públicas.

Para Guerreiro Ramos, constatar as desigualdades no mercado de trabalho e a falta de oportunidades de modo geral a população negra, era absolutamente insuficiente para “combater o racismo”, evidentemente que não negava a violência física e simbólica do racismo, mas o que pretendia de fato, promover o negro a problema nacional, torná-lo protagonista social e político de sua “própria história”. E por essa razão, critica e polemiza com os estudos e pesquisas, com os já considerados imortais no tema das relações raciais, como Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Gilberto Freyre, Oliveira Viana e mais contemporaneamente, com Costa Pinto e Florestan Fernandes.

Quando se referia ao “Problema do Negro”, estava questionando a forma com que era tratada a “questão racial”, quais os métodos, as metodologias e os referências teóricos utilizados para “explicar” o negro no Brasil.

Guerreiro Ramos expressou das seguinte forma as relações raciais: “Sobre o problema do negro no Brasil existe farta literatura de caráter histórico e sócio-antropológico produzida por autores estrangeiros e nacionais. Nessa literatura, em sua quase totalidade, está implícito um modo de ver as relações raciais no Brasil que se revela, nos dias que correm, em contradição com as tendências de autonomia espiritual e material do Brasil. O negro tem sido estudado a partir de categorias e valores induzidos predominantemente da realidade européia. E, assim, do ponto de vista da atitude ou da óptica, os autores nacionais não distinguem dos estrangeiros”.<sup>27</sup> Ele não produziu uma extensa obra sobre o negro e as relações raciais, mas produziu uma densa reflexão crítica em torno da literatura produzida até finais dos anos 1950.



No texto *O Problema do negro na Sociologia Brasileira*, Guerreiro Ramos identifica três grandes correntes no desenvolvimento dos estudos afro-brasileiros<sup>28</sup>: a primeira, defendida por Sylvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909), Alberto Torres (1865-19170), e Oliveira Viana (1883-1951), que se caracteriza pela atitude “crítica-assimilativa”, concluía que, “apesar das diferentes orientações teóricas desses autores, todos eles estavam interessados antes na formulação de uma teoria do tipo étnico brasileiro do que extremar as características peculiares de cada um dos contingentes formadores da nação. No que diz respeito ao elemento negro, embora ressaltem a sua importância, contribuíram para arrefecer qualquer tendência para ser ele considerado do ângulo do exótico, ou como algo estranho na comunidade”.<sup>29</sup>

Identificava uma segunda corrente, que denominou de “monográfica”, cujo expoentes eram Nina Rodrigues (1862-1906), Arthur Ramos e Gilberto Freyre, afirmava que o negro nesta corrente tornou-se “assunto”, tema de especialistas, “cujos estudos pormenorizados promoveram, entre nós, movimento de atenção de uma parcela de cidadãos para os chamados afro-brasileiros. Interessava-lhes o passado da gente de cor ou as sobrevivências da-quele no presente.”<sup>30</sup>

A terceira corrente, que chamou de Nova Fase, iniciava-se em 1944, com o Teatro Experimental do Negro (TEN), liderado por Abdias do Nascimento: “É, no Brasil, a manifestação mais consciente e espetacular da nova fase, caracterizada pelo fato de que, no presente, o negro se recusa a servir de mero tema de dissertações antropológicas e passa a agir no sentido de desmascarar os preconceitos de cor”.

Guerreiro Ramos foi sempre muito crítico ao que chamava de “sociologia importada”. Referia-se aos padrões e concepções que as ciências sociais assumiam no Brasil, do mesmo modo e com igual intensidade, criticava a “antropologia da negritude” do seu tempo, culturalista, temerosa em enfrentar a questão das relações de poder.<sup>31</sup> Para ele, se não há raças, o que é verdade, há relações raciais. “O negro é povo no Brasil”, afirmava Guerreiro Ramos.<sup>32</sup> Teorias e a verificação da realidade possibilitaram às gerações subsequentes saírem da pantanosa situação das visões culturalistas, anômicas e dos falsos caminhos da democracia racial. Alberto Guerreiro Ramos enfrentou, como poucos no seu tempo, temas que estão na pauta da sociedade contemporânea, dos governos, da política e das ciências sociais: o desenvolvimento, as relações raciais, a economia política, o papel do Estado e das instituições, as transformações sociais, seus conflitos e contradições. Foi um autêntico cientista social, polêmico, criativo, audacioso. Por isso, intérprete singular da realidade social brasileira.

## NOTAS EXPLICATIVAS

- <sup>1</sup> RAMOS, Guerreiro. 1995. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Editora UFRJ
- <sup>2</sup> RAMOS, Guerreiro. 1963. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*.
- <sup>3</sup> RAMOS, Guerreiro. 1995. ob. cit. p. 14
- <sup>4</sup> RAMOS, Guerreiro. 1995. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. ob. cit. Contra-capla
- <sup>5</sup> RAMOS, Guerreiro. 1993. *A Redução Sociológica*. MEC/Usaid.
- <sup>6</sup> idem
- <sup>7</sup> RAMOS, Guerreiro. 1995. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*, ob.cit. p. 13
- <sup>8</sup> idem, Contra-capla
- <sup>9</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1995. *A Sociologia do Guerreiro*. Editora UFRJ. p. 134
- <sup>10</sup> idem, p. 144
- <sup>11</sup> idem, p. 171-172
- <sup>12</sup> RAMOS, Guerreiro. 1995. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Ob. cit.
- <sup>13</sup> SCHWARTZ, Lilia Moritz. 1993. *O Espetáculo das Raças: Cientistas Instituições e Questão Racial no Brasil, 1870-1930*. Companhia das Letras, São Paulo
- <sup>14</sup> idem
- <sup>15</sup> RAMOS, Guerreiro. 1993. *A Redução Sociológica*. Ob. cit.
- <sup>16</sup> RAMOS, Guerreiro. 1963. *Mito e Verdade da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar Editores
- <sup>17</sup> idem
- <sup>18</sup> idem p. 31
- <sup>19</sup> idem, p. 33
- <sup>20</sup> idem, p. 37
- <sup>21</sup> idem
- <sup>22</sup> idem, p. 57
- <sup>23</sup> idem, p. 176
- <sup>24</sup> idem
- <sup>25</sup> idem, p.191
- <sup>26</sup> OLIVEIRA, Lúcia Lippi. 1995. *A Sociologia do Guerreiro*. ob. cit p. 174
- <sup>27</sup> RAMOS, Guerreiro. 1995. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. ob. cit. p. 167
- <sup>28</sup> idem, p 163
- <sup>29</sup> idem, 168
- <sup>30</sup> idem, 169
- <sup>31</sup> MAIO, Marcos Chor, SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). 1996. *Raça, Ciência e Sociedade*. Editora Fiocruz / Centro Cultural Banco do Brasil
- <sup>32</sup> RAMOS, Guerreiro. 1995. *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. ob. cit.